

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.018 - RS (2019/0181452-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO** : **ALBERTO CAETANO NASCIMENTO GOMES**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO SIMPLES. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. QUESTÃO RELEVANTE NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP CONFIGURADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

Recurso especial parcialmente provido a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para saneamento do vício apontado nos termos da fundamentação.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Rio Grande do Sul**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, dirigido contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça gaúcho, que negou provimento ao Recurso em Sentido Estrito n. 70078288941 (CNJ: 0194106-25.2018.8.21.7000), assim ementado (fl. 251):

PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. DECISÃO CONFIRMADA.

Da mesma forma que a decisão da prisão provisória, ou sua manutenção, é um ato que se insere na órbita de convencimento pessoal do juiz, a concessão da liberdade provisória também o é. E, deste modo, também se pode dizer que a decisão de concessão de liberdade, estando fundamentada, não se deve perquirir se houve injusta apreciação da prova ou da pessoa do detido. Da sua conveniência melhor pode decidir o magistrado que tem contato direto com o acusado (ou indiciado), com a prova produzida e com o ambiente social onde foram praticados.

No caso em tela, a decisão judicial da revogação da prisão preventiva está devidamente motivada e merece confirmação.

DECISÃO: Recurso ministerial desprovido. Por maioria.

Opostos embargos de declaração (fls. 263/278), esses foram rejeitados (fls. 279/284).

# Superior Tribunal de Justiça

Em suas razões (fls. 290/304), o *Parquet* aponta violação dos arts. 312, 581, V, e 619 do Código de Processo Penal e 489, § 1º, III, IV e VI, do Código de Processo Civil. Alega que *a Corte estadual limitou o âmbito cognitivo do recurso em sentido estrito à verificação de existência de fundamentação na decisão de origem, deixando de analisar as razões consignadas pelo Ministério Público na irresignação* (fl. 297), entendendo, por conseguinte, que a decisão contém fundamentação genérica.

Sustenta que *as instâncias ordinárias deixaram de observar que os requisitos que autorizam o decreto preventivo estão presentes no feito* (fl. 299), afirmando estarem *presentes os requisitos que ensejam a decretação da preventiva, uma vez que [...] a medida cautelar pleiteada também visa garantir a ordem pública e evitar a reiteração criminosa por parte do recorrido* (fl. 301).

Apresentadas contrarrazões (fls. 311/316), o recurso especial foi admitido na Corte de origem (fls. 318/324).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento parcial do recurso *a fim de que seja anulado o acórdão recorrido, para que outro seja proferido, com expresse e amplo exame das fatos alegados pelo recorrente, no que diz respeito à necessidade cautelar da custódia, na proteção da ordem pública* (fl. 339/346).

É o relatório.

Na hipótese, apesar da notícia de possível descumprimento por parte do recorrido de medida cautelar imposta quando da concessão de sua liberdade provisória, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público pleiteando o restabelecimento da prisão preventiva.

Segundo consta do acórdão, prevaleceu o entendimento segundo o qual, estando fundamentada a decisão de concessão de liberdade, *não se deve perquirir se houve injusta apreciação da prova ou da pessoa do detido* (fl. 250) e que, na hipótese, *a decisão judicial da revogação da prisão preventiva está devidamente motivada e merece confirmação* (idem).

Nesse panorama, tenho que assiste razão, em parte, ao recorrente, como bem anotado no parecer ministerial de fls. 339/346, cujos fundamentos adoto como razões de decidir (fls. 342/346 – grifo nosso):

[...]

O embate recursal repousa em aferir se houve omissão no acórdão quanto ao exame da necessidade da prisão preventiva ao recorrido ante o descumprimento de medida cautelar de proibição de contato com a vítima.

Pois bem. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que a decisão sobre a prisão preventiva pelo descumprimento de medida cautelar insere-se no convencimento pessoal do juízo sentenciante, conforme a seguinte fundamentação (fls. 251/257):

2. O recurso não procede. Quando se trata de ataque à decretação da prisão preventiva ou manutenção da provisória decorrente do flagrante, sempre afirmo que a decisão sobre a prisão preventiva de réu ou indiciado é um ato que se insere na órbita de convencimento pessoal do juiz.

Estando fundamentada em motivos sérios, não se perquire se houve injusta apreciação da prova ou da pessoa do detido no despacho que a determinou. Da sua conveniência, ou não, melhor pode decidir o magistrado que tem contato direto com o réu (ou indiciado), com os fatos a ele imputados e com o ambiente social onde foram praticados.

O oposto também vale. Ou seja, se a não decretação ou revogação da prisão preventiva ou a concessão da liberdade provisória está fundamentada, deve-se acolher a decisão judicial pelas razões acima expostas.

É o que ocorre na hipótese em julgamento, como se vê da decisão do ilustre Julgador, Dr. Tiago Tweedie Luiz, deferindo a liberdade provisória ao recorrido: [...]

Concluo, dizendo que a informação de fls. 175/178 não prejudicada a decisão citada antes.

Ela, informação, daria conta de que o recorrido estaria importunando a vítima. Porém, outros documentos, fls. 186/188, descrevem que é a vítima, Edson, quem vem perturbando o sossego do acusado.

Portanto, considerando a divergência entre as informações trazidas aos autos, confirmo a decisão recorrida.

3. Assim, nos termos supra, nego provimento ao recurso.

De início, verifica-se da leitura do acórdão que o órgão colegiado assentou que a decisão do Juízo de primeiro grau foi devidamente fundamentada no convencimento pessoal do sentenciante que, examinando os elementos dos autos, não vislumbrou ser o caso de revogação da liberdade provisória.

Entretanto, **o convencimento do pessoal do julgador, por si só, não pode obstar a reanálise dos requisitos da segregação cautelar pelo órgão revisional, sendo imprescindível ao Tribunal que reexamine e motive as razões pelas quais se acolhe ou não a insurgência contra a decisão impugnada, sob pena de negar vigência ao efeito devolutivo recursal.**

**In casu, não obstante o órgão ministerial ter motivado sua insurgência recursal pelo descumprimento de medida cautelar de proibição de contato com a vítima pelo recorrido, o Tribunal limitou-se a reproduzir a sentença**

**impugnada, sem abordar os argumentos fáticos trazidos pelo *Parquet* a respeito da necessidade da prisão cautelar.**

Com efeito, houve limitação indevida quanto à amplitude cognitiva do recurso interposto pelo *Parquet*, pois **a prestação jurisdicional da Corte estadual não se pode restringir a um exame formal de existência de fundamentação da decisão impugnada, como o fez a decisão ora guerreada.**

Ademais, vê-se que **o acórdão impugnado não examinou a presença dos requisitos do art. 312 do CPP**, porquanto a segregação cautelar pode, eventualmente, mostrar-se necessária no presente caso pelo alegado descumprimento de medida cautelar imposta ao recorrido, evidenciado no suposto grave risco da manutenção de sua liberdade, diante da alegação de que, inobstante o recorrido seja acusado de tentativa de homicídio e ameaça, sendo agraciado com a liberdade provisória, voltou a ameaçar a mesma vítima e sua família.

Ora, tal fato poderia demonstrar que o recorrido é indiferente às medidas cautelares aplicadas, culminando na reprodução de práticas que subjugam e ameaçam a vida da vítima e de sua família [...].

Daí porque **a omissão do Tribunal a quo na análise dos pressupostos fáticos deve ser suprida, eis que constatada violação ao art. 619 do Código de Processo Penal.**

[...]

Ao julgar os aclaratórios opostos, o Tribunal de Justiça limitou-se a afirmar que o acórdão *não contém nenhuma das hipóteses previstas no artigo 619 do Código de Processo Penal e, portanto, não sofrerá alteração* (fl. 281), passando a transcrever o inteiro teor do acórdão embargado. Deixou, portanto, de se manifestar sobre questão cuja apreciação é essencial para o adequado deslinde da controvérsia, inclusive para viabilizar o eventual acesso do debate às instâncias excepcionais, possibilitando, assim, o prequestionamento da matéria.

Em situações em que o ponto omissso, obscuro ou contraditório é necessário para o deslinde do debate, cabe reconhecer a nulidade do acórdão, por negativa de prestação jurisdicional, devendo os autos retornar ao Tribunal de origem para que seja proferido novo julgamento dos embargos de declaração, com manifestação expressa a seu respeito.

A jurisprudência desta Corte orienta-se nesse sentido, confirmam-se: AgRg no AgRg no AREsp n. 923.962/RN, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/3/2018; AgRg no AREsp n. 722.698/PE, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 16/5/2016; REsp n. 1.221.607/MA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 25/6/2015, dentre outros.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, configurada a ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, devem os autos retornar à Corte *a quo* para que expressamente se manifeste, de forma fundamentada e específica, acerca da presença de elementos aptos a revogar ou não a liberdade provisória do recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para o saneamento do vício apontado nos termos da presente fundamentação.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator